



Agustín Cano Menoni.

Entrevista com Agustín Cano Menoni e Gerardo Sarachu Trigo

Entrevista: Jean Felipe Rossato

Transcrição: Nicole Maciel

Revisão e tradução Espanhol/português: Luciana Denise Flores

Fotos: cedidas pelos entrevistados

Entrevista cedida por Agustín Cano Menoni e Gerardo Sarachu Trigo, docentes da Universidade da República do Uruguai (UDELAR). A entrevista foi realizada em Montevideu, nas dependências da Pró-reitoria de Extensão da UDELAR, por ocasião da visita técnica do Diretor do Departamento Administrativo e de Registro da Extensão, Jean Felipe Rossato, que estava participando do Programa Escala de Gestores e Administradores da AUGM (Asociación de Universidades Grupo Montevideo) em setembro de 2025. Agustín é professor da Faculdade de Humanidades e, com a troca da gestão administrativa da UDELAR, na data desta entrevista, estava prestes a assumir um cargo na reitoria; já Gerardo é docente residente da Pró-reitoria de Extensão e tem larga experiência na extensão universitária. Em uma conversa informal, a entrevista versou sobre a extensão universitária em universidades latino-americanas, os processos de implantação da inserção curricular da extensão, a atuação da comunidade acadêmica em programas integrais estabelecidos em territórios periféricos de Montevideu, a visão da nova reitoria sobre o futuro da extensão na UDELAR e as experiências entre as concepções e práticas extensionistas entre Brasil e Uruguai.

Revista da Extensão: Agradeço a disponibilidade de vocês. Acredito que podemos iniciar falando um pouco sobre o que pensa a nova gestão da UDELAR para a extensão universitária? Como compreendem a extensão universitária?

Agustín Cano Menoni: Aqui onde estamos agora [Pró-reitoria de Extensão] e o PIM (Programa Integral Metropolitano) são minha casa. Eu tenho várias casas na universidade em diferentes momentos, mas fui docente no PIM por 17 anos, que é toda a vida do PIM. A vida do PIM como programa e minha vida como docente são a mesma trajetória. Também fui docente aqui [Pró-reitoria de Extensão] no setor de projetos. E bem, agora estou radicado na Faculdade de

Humanidades e, momentaneamente, neste trabalho na reitoria. Fui construído nessa trajetória e é, basicamente, o que construímos em conjunto. Não é meu pensamento, são nossas construções.

O que há de bom na política universitária, pelo menos aqui na Udelar, é que, geralmente, uma nova equipe da reitoria não começa do zero. Às vezes há mudanças mais drástica, com certeza. Mas não se faz, e mesmo que queira fazê-lo, é muito difícil que se possa, porque a estrutura de governança participativa, a estrutura federal, a universidade, a natureza colegial e colegiada de seus organismos, a própria natureza das construções pedagógicas, epistemológicas, faz com que

tenham uma estabilidade, uma sustentabilidade, que não muda porque troca um reitor e alguns pró-reitores. Contudo, sempre, todo momento de mudança é um momento sempre de balanço, de impulsionar coisas novas, de mudar também alguma direção de algumas coisas, focos de algumas coisas. E a nossa equipe deste reitorado se sente muito próxima às construções da extensão e quer poder fazer algumas coisas que têm a ver com essas construções prévias, que agora te menciono: há uma leitura que fazemos de questões um pouco mais estruturais de uma política e de questões um pouco mais conjunturais da política interna.

Vemos que, sobretudo, desde 2006 em diante, entre 2006 e 2014, - no reitorado de Arocena (Rodrigo Arocena 2006 – 2010 / 2010 – 2014) e pró-reitorado de Tommasino (Humberto Tommasino Pró-reitor de Extensão 2006 a 2014), - a partir da interpretação de construções ideológicas e conceituais da extensão, também programáticas que havia feito a Federação de Estudantes nos anos e décadas precedentes, e articulando-as com algumas tradições da extensão que estão disponíveis, como a extensão crítica, herdeira da educação popular latino-americana, como a concepção da docência em comunidade, da educação integral, formulou-se uma política de extensão.

Nesse contexto, o Programa Interdisciplinar Integral de Projeção Social e Comunitária da UDELAR (APEX) já existia, e o PIM nasce. Assim, se reformulam os projetos concursáveis, se impulsionam programas de formação popular, se procura impulsionar uma proprietária que se chamou “Integralidade”, que integre as funções universitárias, que gere um diálogo de saberes e que integre as disciplinas. Isso deu lugar a várias políticas. A que mais se consolidou, além dos programas integrais (APEX e PIM), é a dos espaços de formação integral que se chamou “curricularização da extensão”, porque se visualizava que, para que a extensão pudesse cortar a reprodução de seu lugar marginal na atividade

universitária – supostamente marginal, mas marginal também simbolicamente e na quantidade de estudantes e docentes que a realizam – notou-se que na incorporação da extensão ao currículo podia-se, por um lado, cortar essa dinâmica de reprodução da marginalidade e, por outro lado, contribuir para transformar o ensino. O documento que finalmente foi aprovado pelo Conselho Executivo Central e que tem toda essa definição do ensino se chama “Pela transformação do ensino”. Em geral, em outros lados, não se fundamenta assim a extensão. A extensão em geral se fundamenta para o lado de fora, porque vai ajudar no desenvolvimento da sociedade ou à conscientização do povo ou à emancipação cultural das pessoas ou à democratização do conhecimento. Há milhões de conceitualizações e termos que sempre colocam a fundamentação do lado de fora e aqui há uma fundamentação do lado de dentro.

A extensão é importante porque pode colaborar para a transformação dos estudantes universitários seja: integral, crítica, humanisticamente, etc. Essa política, então, foi muito importante, mas está posta de lado faz bastante tempo.

Pareceria que essa curricularização da extensão se estabilizou em uma curricularização, lhe chamemos assim, polemicamente inferior, no sentido de que os EFTs (Espacios de Formación Integral) ficaram nas disciplinas optativas e nas seletivas, majoritariamente, e pouco nas obrigatórias. E em um sistema de reorganização do ensino, como fez a regulamentação de graduação, onde o estudante constrói itinerário e tem créditos para optativas e eletivas, sendo o estudante quem vai construindo esse perfil, a extensão como optativa e eletiva é a mais exigente. “Eu posso conseguir os mesmos créditos que um EFI, fazendo uma atividade que implica muito menos esforço: implicar não pegar um ônibus para longe, menos horas de estudo, menos complicações”. Contudo, mesmo assim muitos estudantes as fazem por diferentes razões. E muitos, com toda a lógica do mundo, porque eles

quem escolhem, acabam optando por outra coisa que seja mais fácil. Porque, além disso, todos eles estudam e trabalham. Então aqui temos um tema que queremos ver.

Gerardo Sarachu Trigo: Além disso, falávamos também que a pandemia aguçou outros tipos de propostas virtuais.

Agustín Cano Menoni: Sim! O que complica os estudantes hoje. A semestralização também complica. Em um esquema como a extensão universitária, no qual a pessoa faz o processo de familiarização e construção de demanda, uma planificação (mais ou menos participativa) com quem se vai trabalhar, uma avaliação dessa planificação que está inserida em um plano de formação, e uma conclusão desse processo: tudo isso em um semestre, que na realidade é um trimestre e meio. Então, ficam os docentes tratando de juntar semestres ou retirando o

estudante que depois continua atuando em outra Atividade. Toda essa parte está para resolver e aí teremos uma linha de trabalho.

Outra linha de trabalho que tem a ver com isso, é poder gerar um processo aqui na estrutura acadêmica da CSEAM (Comisión Sectorial de Extensión y Actividades en el Medio) que reconheça a profissionalização da extensão que esta estrutura implica e o que ela já é. Aqui estão as pessoas que já se formaram, aqui estão as pessoas que implementaram coisas, que tem os saberes sobre o assunto e que nem sempre foram reconhecidos. Isso não somente é uma injustiça, mas também é uma perda institucional, porque as coisas se fazem mal, se fazem pior ou não se fazem bem do que poderiam fazê-lo quando se desconhece as equipes que se profissionalizaram no assunto.

Também queremos ter uma construção institucional que seja de acordo com esse lugar que conseguimos para a estrutura acadêmica da CSEAM e discutir com a estrutura acadêmica e o governo participativo, como se reestrutura a própria organização acadêmica daqui e como se vincula com as políticas que vão ser impulsionadas por ele. Então, tem outra segunda coisa que queremos (nova reitoria) fazer. Fortalecer os programas integrais que tu mencionavas é outra coisa que queremos fazer. O PIM E APEX, mas também está em curso um no interior, no litoral oeste. Também temos a ideia de montar um [Programa Integral] em Casavalle, também tem que ver o que acontece com a questão das prisões e alguns programas temáticos. Vinculado a isto tem toda a área que em outras universidades, como, por exemplo, no México está muito desenvolvido e aqui nem tanto: que é uma política ou uma estratégia, especificamente de extensão cultural e artística que também queremos pensar com a área social e artística, mas não só isso.



Gerardo Sarachu Trigo.

E depois queremos fazer uma política forte que vincule extensão com pesquisa e que os dois pró-reitores, de extensão e pesquisa, se juntem para concebermos, desde o princípio, essa política. E que não seja como agora: uma coisa que extensão faça e pede algo para CSIC (Comisión Sectorial de Investigación Científica) ou uma coisa que a CSIC faça e pede para a extensão que traga demandas. Então, pretendemos fazer um processo desde o início para ter uma política e aproveitar alguns instrumentos que pensamos que devem ser importantes nisso, como alguns institutos centrais de pesquisa que estão começando a funcionar e que terão muitos recursos e entendemos que devem ter uma proposta de extensão articulada a esta política. Também as pós-graduações, também os programas integrais e outra quantidade de instrumentos.

Estamos fazendo um processo de acordo de trabalho com o PIT (Plenario Intersindical de Trabajadores), que é a central sindical, a Convenção Nacional de Trabajadores do Uruguai, centraliza todo o sindicalismo uruguiano do Uruguai. E estamos fazendo um processo de trabalho de um acordo de cooperação que vai ter diferentes partes. Nesse caso, estamos envolvendo a todas as setoriais (CSIC e CSEAM). Aparentemente o encontro de extensão de AUGM de 2026 será aqui. Nos ajuda nisso, acho que está bastante encaminhado. E então nesse marco queremos fazer um encontro sul-americano de experiência de colaboração de universidades públicas com movimentos sindicais: há várias ideias também nessa linha.

Depois queremos fazer uma política que outras gestões da reitoria, que te mencionava, fizeram uma política de desenvolvimento da pesquisa em faculdades que tinha menos atuação na área de investigação. Queremos fazer o mesmo com a extensão, um programa de desenvolvimento da extensão para aquelas menos desenvolvidas. E que seja um programa em que não dizemos às pessoas que tipo de extensão tem que se desenvolver, como uma espécie de catequese, mas

que construamos com as tradições disciplinares, acadêmicas, profissionais, específicas, essa política. Ou seja, não nos abster de dar orientações, de indicar porque uma política é isso, mas sim, nos abster de não escutar, de não partir das condições concretas. E isto vai na mesma direção de outra coisa mais conceitual ou política: é que pensamos que a extensão crítica é o orientador geral da política de extensão. Contudo, a extensão crítica não pode se limitar a fazer uma versão universitária da educação popular da década de 1980, por assim dizer, com uma espécie de caricatura. Mas que deve ter uma agenda que ponha no centro da democratização do conhecimento: o mundo que vivemos, o desenvolvimento da tecnologia, a robotização, a inteligência artificial gerada no que vivemos. O que implica a democratização do conhecimento neste mundo? Como essa democratização do conhecimento transcende o paradigma do acesso livre e encarna em um sujeito popular que se aproprie desse acervo de tecnologia como parte de uma construção social nova. E o que colaborar nisso. Essa seria a coluna extensionista de um processo que, cerca à emergência do conhecimento, articulará tudo o que faz na universidade. Já não importará tanto dizer “isto é pesquisa”, “isto é extensão”. O projeto de extensão cultural e artística que entenda o que implica uma política cultural e artística da universidade no contexto do crescimento do neofascismo no mundo e na região? O que implica subverter lógicas de estigmatização e expulsão de grupos humanos inteiros?

Então, se extensão crítica implica tudo isso, então queremos ir a uma construção que não será nova, porque nada é novo, que surgirá de onde viemos, e que será o diálogo dos que somos, mas que também irá ao encontro de outras pessoas a nível internacional. E vamos tratar de gerar uma construção nova entre todas e todos. Eu não posso te dizer qual é, porque tenho algo como uma proposta: para onde ir? Logo vamos ver nesse caminho o que podemos construir. O que sim, queremos, é sair de um lugar da extensão que ficou como um espaço de coisas pequenas

que se comprazem em, precisamente, no seu pequeno tamanho, ou de coisas que desde fora não se entendem, que foram se estigmatizando com muita facilidade. Então ali tem que haver uma construção que seja, pensamos que o tema de democratização do conhecimento e o tema da política cultural, podem ser dois eixos, por exemplo, que juntos nos ajudem a mover coisas, discutindo outras coisas, e que isso mova um pouco algum obstáculo que às vezes temos.

Tudo isso reconhecendo que também a formação na extensão é importante, a comunicação na extensão é importante e que isso as pessoas que trabalham na extensão, as que estão aqui, as que estão nos programas integrais, as que estão no interior, são fundamentais para gerar discussões, para alimentá-las e para potencializar propostas de formação e de políticas de extensão que queremos fazer.

Revista da Extensão: Me parece que aqui na

UDELAR vocês já têm muito mais uma articulação com outras universidades da América Latina e me parece que nós, brasileiros, não estamos tão em rede assim. Temos visto muito problemas globais, de crises climáticas, guerras e movimentos migratórios. No Rio Grande do Sul vivemos a emergência climática, com chuvas excessivas e secas. Dessas crises, de repente acontece algo parecido aqui no Uruguai em relação ao movimento migratório. E quando pensamos em soluções para esses problemas globais, são as grandes potenciais do Norte Global que querem apresentar as soluções. Contudo, será que as soluções para essas grandes crises não passam pelo Sul Global, pela própria Extensão Universitária?

Esta extensão que é construída com a comunidade na base, é que é capaz de encontrar soluções para estes grandes problemas. Queria saber a visão de vocês um pouco sobre isto: qual a potencia da internacionalização



Universidade da República do Uruguai (UDELAR).

da extensão. Como podemos construir pontes, projetos em cooperação, semelhantes ao que estão construindo com Argentina, México, etc

Agustín Cano Menoni: Este é um assunto muito importante, pois está na origem da extensão na América Latina. Por exemplo, a reforma de Córdoba é um primeiro momento de internacionalização da extensão muito importante e aparece a extensão em todos os encontros estudantis. Se olharmos para atrás, já em 2008 aqui está a extensão. E se olha para o pós, em 2018 e em 2021 no México, aparece a extensão e assim por diante. E construções específicas, que se alimentam entre si, as universidades populares. As missões nos anos 1940 e em 1949 quando se cria a UUAL, a União de Universidades de América Latina - que é a primeira -, ou seja, junto com a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) que se cria junto, acho que um ano antes, é a primeira vez que aparece América Latina em um organismo até então América Latina competia com América Seca, com panamericanismo ou o ibero-americaníssimo nos debates. E a extensão participa desse processo, ao ponto que UUAL, das primeiras conferências que organiza, logo que é criada, é sobre difusão cultural e extensão universitária na América Latina.

Faço este preâmbulo porque nas políticas “mainstream” de internacionalização, muitas vezes se copiam as agendas do norte e então aparecem os assuntos que têm a ver com a organização de um mercado universitário para que possam circular provedores e consumidores e que haja controles de qualidades ou não. Ou a avaliação também da investigação científica fica, muitas vezes, subordinada a um mercado editorial. E não poucas vezes essas agendas são as que terminam definindo os assuntos de internacionalização. Se fazes os exercícios de entrar nos principais índices de pesquisa em educação superior e comparar quantos “Papers” encontrarás sobre o tema de avaliação da educação superior versus extensão ou “Community Engagement”, verás que é impressionante a diferença.

O certo é que, em relação ao que dizias, sim, se alguém acha que existe uma geopolítica do conhecimento, como existe, que existem multinacionais que têm mais pesquisadores e mais estimativa que estados inteiros, em particular que o Uruguai. Há um sociólogo norte-americano, que citou uma imagem que eu acho muito potente: ou seja que há a existe de uma OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) do conhecimento, que está no triângulo entre algumas universidades, alguns editoriais e a indústria. Há uma OPEP do conhecimento que publica em inglês e que aqui sofremos para publicar e subtrair o conhecimento. Então, ficamos a serviço dessas redes.

Então, construir um latino americanismo que possa ser um contrapeso no marco da geopolítica geral, porque na realidade é o mesmo problema, é muito importante. Sobretudo na conjuntura atual onde as instituições da globalização neoliberal estão rachando e desabando. Não é porque vemos que os Estados Unidos tiram o financiamento da Organização Mundial da Saúde, da FAO (Food and Agriculture Organization), mas não estão desabando porque construímos melhores instituições. Estão desmoronando porque nossos países estão fascistizando ou porque querem a volta da guerra. Então, a integração latino-americana é mais importante do que nunca. Ou a integração sul-sul é mais importante do que nunca. E em uma perspectiva onde as universidades tenham um rol protagonista, como também sempre tiveram - porque a internacionalização das universidades preexiste na história - a internacionalização dos estados - porque preexistem as universidades nos estados. Mas Giordano Bruno, quando a inquisição italiana o perseguia, se refugiou na Universidade de Paris. Então, isso está na essência do que é a universidade.

O que acontecer, em particular, com a internacionalização da extensão, neste panorama? Acredito que muito e que é muito importante. Primeiro, escalas regionais de abordagem de problemas comuns, como, por exemplo, os

projetos de fronteira, que já existem, e que devem ser estudados, mapeados e apoiados. Projetos que abordem questões que tenham a ver com a vida das pessoas e os temas ambientais junto aos temas sociais em geografia, regiões, aquífero Guarani, bioma pampa, por exemplo. O que quero dizer é que há fenômenos sociais e ambientais que, assim como a escala local, é a extensão, em geral, que está situada, localizada e tem a capacidade de atuar e solucionar esses problemas.

Além disso, a extensão é importante também nas próprias construções universitárias dessa internacionalização. O que implicam essas colaborações? Como podemos gerar mobilidade e formação em relação aos temas da extensão, publicações

etc. Sobre isso, acho que o roll do Brasil é muito importante pelo que é como potência e o roll de uma integração, de uma intitulação de coisas que possam gerar um financiamento sustentável, por gerar contrapesos à dinâmica pelas quais acontece o que se costuma chamar “a fuga de cérebros”.

Eu não gosto dessa expressão: primeiro que não é uma fuga e segundo que não são somente cérebros. Então, há contrapesos que podem gerar a escala universitária. Revistas que tenham outra forma de avaliação, mobilidades e financiamento de projetos e de pesquisas, incluindo as organizações, e que gerem uma agenda de pesquisa e de extensão própria.

Revista da Extensão: Sim, recentemente, falava com Gerardo sobre o afastamento de nossa universidade, em especial da AUGM, que é um grande organismo que pode fortalecer este tipo de ação. Agora, gostaria de perguntar sobre a inserção curricular de vocês aqui na UDELAR. Gostaria que comentassem um pouco sobre foi o processo de inserção da extensão nos currículos de graduação aqui? Claro, vocês já têm um trabalho muito forte de extensão crítica, mas imagino que nem sempre houve um consenso entre todos envolvidos de como potencializar a extensão crítica. E, nesse sentido, minha pergunta é: Qual é a importância de programas integrais como o PIM e o APEX para estes processos de inserção curricular?

Agustín Cano Menoni:

Primeiro, a participação de estudantes de forma curricular na extensão não se



iniciou com essa política de curricularização da extensão, ela já existia. Há muitas modalidades, as práticas pré-profissionais são muito diversas e onde acontecem coisas muito distintas entre si, muitas têm a ver com processos de extensão, outras não. Os serviços, a assistência, em um espectro amplo de coisas, algumas faculdades mais que outras tinham [elementos de extensão no currículo]. O que houve, nesse período da inserção curricular, foi um impulso de uma política para que generalize isso. A extensão crítica é uma conceitualização aberta que também busca interpelar as coisas que se fazem. Não é que seja uma doutrina que todos aceitam e aplicam. Há uma multiplicidade e um debate que está aberto e tudo bem que seja assim.

Gerardo Sarachu Trigo: Inclusive há equívocos importantes, como estava falando Agustín, de cair em uma armadilha identitária, de dizer: “Bom, isto é extensão e este outro não”. E na realidade nós participamos de uma crítica. Também é extensão. Há distintas concepções acerca da extensão e talvez devamos reconhecer mais distintas epistemologias que se juntam em pensar como me vínculo a isso? Como me relaciono com o conhecimento, com as organizações? De que forma participam na produção de conhecimento? Como trabalham em vínculo, em relação com as pessoas e comunidades? Me parece que a ideia que foi se construindo a questão da curricularização foi a da integralidade, digamos. Mais que a extensão crítica, senão nessa busca de combinar de forma distinta o ensino, a pesquisa, a extensão, o caráter interdisciplinário, um vínculo com as organizações sociais e o diálogo permanente e sustentável. Então os programas integrais cumprem um papel central. Em que sentido? Que garantam o que também menciona Agustín, de lhe dar continuidade a práticas que nas faculdades estão muito fragmentadas, ou por semestre ou por trimestre ou por diferentes formas de organizar o currículo. Assim, é possível que os estudantes entrem e saem, mas há uma sustentação no projeto/trabalho mais permanente. Não somente com os programas integrais, mas

também como outros dispositivos, que vão nessa mesma direção de favorecer um vínculo com os atores e sustentar uma relação de longa duração que não se guie somente pela dinâmica curricular.

Agustín Cano Menoni: Sim, estou totalmente de acordo com tudo o que disse o professor [Gerardo]. A extensão com diferentes definições e características está presente em quase todas as universidades latino-americanas, é uma função. Mas, em algumas é uma função da instituição e não dos docentes. Por exemplo, no México é uma função que as universidades têm que fazer. As universidades têm departamentos de extensão, de extensão acadêmica, de educação, da cultura e de educação científica. E tem pressupostos sólidos que orientam funcionários técnicos e docentes universitários.

Aqui, no Uruguai, na nossa universidade e em outras, mas em particular nesta, a extensão é as duas coisas. É uma missão institucional, mas também é uma atividade que está no Estatuto de Personal Docente. O que nós docentes temos que fazer dependendo da quantidade de horas que tenhamos e na graduação. E isto colabora, precisamente, ao que a extensão pode fazer com os estudantes enquanto ensina e enquanto pesquisa. Mas, claro, na realidade os arranjos são diferentes e está bem que haja distintos perfis.

Como dizia o professor, um programa integral cumpre várias funções e na sua natureza territorial permanente consegue sustentar o processo do diálogo com a comunidade. Então pode entrar e sair projetos que às vezes são somente de pesquisa, às vezes, são de formação. E que seria um pouco absurdo a cada projeto examiná-lo em um contato amplo. Por que é preciso ver o conjunto de arranjos institucionais, pedagógicos, universitários que se colocam em jogo para gerar um processo onde, visto em conjunto, responde a uma demanda, a uma necessidade social. Aqui se trabalha em diálogo com o ator social que participa do desenho desta atividade e se apropria dos resultados. Se produz conhecimento, se forma o estudante e seria absurdo se a cada partezinha, a cada docente, todo

o tempo se lhe aplicasse um monte de questionários, de “extensômetro”. Acho que não temos bem resolvido este tipo de coisa ainda e às vezes isso acontece e faz ruído nas comunidades.

Revista da Extensão: Sim, isso acontece no Brasil também. A extensão não é um formato único, mas múltiplos processos. Há métodos e princípios de trabalho na Extensão Universitária que devem ser observados e estudados, principalmente nesse contato com as comunidades. Precisamos construir laços mais duradouros com as populações, construir juntos processos emancipatórios e autônomos. Nesse aspecto, outra prática que chama atenção é a extensão realizada “para dentro” da Universidade. Atividades que são construídas para o bem-estar universitário, para o fortalecimento da permanência estudantil, etc.



Universidade da República do Uruguai (UDELAR).

Como vocês entendem essa prática que é, muitas vezes, denominada, equivocadamente, como extensão universitária?

Agustín Cano Menoni: Isso acontece por muitos lados. Como aqui, por exemplo, o bem-estar universitário, políticas assim, se incluem. Inclusive como paradoxo, extensão interna...

Gerardo Sarachu Trigo: Mais como responsabilidade social do que universitária, que é outra tradição, que na realidade, vem do campo empresarial. Aqui esse tipo de prática também se realiza, são necessárias, mas, de alguma maneira, têm a ver com outra forma. Acho que, quando se reúne com a pró-reitoria de gestão, com esses programas mais gerais de legitimar à universidade no conjunto da sociedade, que é necessário, mas que não neces-

sariamente passa por atividades que são de universidades portas abertas. É outro tipo de encontro, de evento, que não necessariamente são de extensão ou são, melhor dizendo, de divulgação ou difusão. Me parece que está bem lhe dar um lugar, mas como expuseste, não necessariamente na extensão.



Mas, indo além da extensão, acho que é necessário abrir essa perspectiva. Penso que, o que propôs Agustín, de como aprender com determinadas disciplinas ou espaços da universidade que estão querendo vincular-se de outra maneira com a sociedade e que não necessariamente encontram uma forma. Acredito que nisso há uma contribuição importante para gerar, digamos, isso que falávamos. Quando existem determinados programas de extensão, habilitam que laboratórios que nunca planejaram sair para fazer algo fora, a partir de uma proposta, uma demanda, apareçam e se vinculem.

Há vários exemplos. Agora estamos em um (projeto) com água. Na faculdade de química há um povo grande, no centro de Paysandú, um laboratório forte de análises de água, dos diferentes usos da água e de suas qualidades. Nunca se havia proposto a vinculação direta com uma cooperativa de produção, de trabalho, que vem tendo problemas relacionados ao uso da água e, pensamos, como nós enquanto universidade, podemos contribuir. Poder fazer essa conexão supõe colocar em diálogo culturas distintas também. Ali isso só foi possível pois havia uma equipe que vínhamos mantendo, desde 2015, um vínculo com esses coletivos que se organizam naquele território e isso permite uma aproximação que seja entendida por todos e não rejeitada de imediato. De modo que os coletivos entendam o que dizem os estudiosos que vem de uma outro cultural, usam outro linguajar, etc. Traduzir diferentes linguagens e habilitar o intercâmbio supõe uma série de ações que, como dizia Agustín, nem sempre se reconhecem como parte de uma lógica de ir construindo essa confiança e que se pode conectar com isso. E, então, não há limite. O limite tem a ver com nossas próprias capacidades. Na medida que também se foram desenvolvendo, a própria universidade, a descentralização gerou vários polos, com essa ideia de polos de desenvolvimento que podia ser questionada, mas hoje que estão instalados geraram boas dinâmicas.

Penso que vem a aposta de como isso que se foi

produzindo nesses polos começa a ter, também, vínculo com o conjunto da universidade. Acho que o mesmo com os institutos centrais. Sobre o estancamento da extensão que relatava Agustín, deveríamos poder transcender. Por que somente a graduação? Devemos incluir pós-graduação na Extensão Universitária. As pesquisas, as teses, não poderiam ter um componente de extensão? Como fazemos para que isso aconteça? Agora foi a criação de quatro ou cinco institutos centrais, que acho que é bom para discutirmos. Qual a política de extensão para estes institutos centrais? De que maneira darão condições para que docentes e estudantes de pós-graduação se vinculem com a extensão?

Também se deve pensar em outras políticas, visto que, talvez, não sejam os mesmos instrumentos que na graduação e requerem outra série de estratégias que não estão construídas. Deve ser apurado o engenho e a criatividade para motivar. O certo é que, quando se produzem alguma dessas coisas, te surpreendes visto que o que antes pensava de alguns pesquisadores totalmente desconectados do meio, pode ser que são esses que se dispõem com mais vontade de produzir. Penso nos clubes de ciências, a química está demais! Há vários instrumentos que desenvolveram e que poderiam ser potencializados nesse tema, em uma oficina de matemática. Outra série de coisas que nesta ideia de sistema educativo que, às vezes, a universidade em sua autonomia, termina dialogando com o que vem do ensino fundamental e médio.

Se bem grande parte dos projetos de extensão trabalham nas escolas e no ensino médio, nem sempre surgem planificação. O centro de formação docente daqui teve a ideia de fazer uma programação de extensão um pouco mais ampla e são processos que foram interrompidos, infelizmente.

Revista da Extensão: Gerardu e Agustín obrigado por esse conversa riquíssima e por explanar tantos projetos e entendimentos sobre a extensão universitária na UDELAR, no Uruguai e na América Latina. Obrigado. ◀